

SISTEMA FAEP



BOLETIM

informativo

Ano | n° | 16 a 22 de março de
XXIV | 1043 | 2009

Tiragem desta edição 24.000 exemplares

EMPREENDEDOR RURAL

SENAR e Sebrae atualizam Programa criado em 2003

Pág. 27



AGRONEGÓCIO

Exportações totalizaram R\$ 8,44 bi em fevereiro

A valorização do dólar em relação ao real colaborou novamente para que o resultado da balança comercial do agronegócio, em fevereiro de 2009, fosse maior que o do mesmo período de 2008. P. 6



POSSE PARA O TRIÊNIO 2009/12

Meneguette diz que crise mundial e código florestal são os grandes desafios



Ao tomar posse na presidência da FAEP no dia 13 para o triênio 2009/12, em Curitiba, Ágide Meneguette destacou no discurso os efeitos da crise mun-

dial na agropecuária brasileira, e como será sentida pelos produtores a partir da comercialização da safra que está sendo colhida. Leia na página 2

Stephanes defende mobilização para reforma da lei ambiental

Durante a assembleia de posse da nova diretoria da FAEP, o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, destacou que o momento é oportuno para discutir soluções e avanços para a legislação ambiental. Ele citou a iniciativa conjunta do setor agropecuário para sensibilizar o Legislativo para alterações no Código Florestal. Leia na página 5



ÁGIDE MENEGUETTE - POSSE PARA O TRIÊNIO 2009/12

Crise mundial e código florestal são os grandes desafios para a agropecuária

Ao tomar posse na presidência da FAEP no dia 13 para o triênio 2009/12, em Curitiba, Ágide Meneguette destacou no discurso os efeitos da crise mundial na agropecuária brasileira, e como será sentida pelos produtores a partir da comercialização da safra que está sendo colhida.

“O crédito em escala mundial praticamente desapareceu, o que significa que o Governo Federal vai ter que arranjar recursos para substituir as fontes internacionais para que possamos dar vazão à nossa produção”, afirmou.

Meneguette disse que os produtores têm que se mobilizar para as mudanças no Código Florestal, ao lembrar que no final deste mês o sistema FAEP e o Instituto Ambiental do Paraná (IAP) vão promover seminários em diversas cidades para divulgar o novo manual de fiscalização ambiental. “Atualmente, há uma conjugação favorável à discussão de mudanças no Código, principalmente pela ação do ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, que tem lançado novos argumentos a favor da produção e, com isso, conseguiu reabrir o assunto”.

Lembrou que recentemente esteve com o presidente da Repúbli-



Ágide Meneguette, presidente do Sistema FAEP

ca, por ocasião de audiência que ele concedeu à nova Diretoria da CNA. “O presidente Lula mostrou-se sensível às mudanças do Código e manifestou a sua indignação pela forma com que a fiscalização ambiental vinha tratando os produtores rurais”, disse Meneguette.

Ágide Meneguette foi reeleito no dia 26 de janeiro com a nova diretoria na sede da entidade em Curitiba e contou com a participação de delegados-representantes de sindicatos rurais do estado.

Leia na próxima página a íntegra do discurso de posse:



Ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes



Delegados-representantes dos sindicatos rurais prestigiam a posse de Ágide Meneguette

ÍNTEGRA DO DISCURSO

“Em primeiro lugar quero agradecer aos companheiros a confiança que novamente depositaram em mim e nos componentes da diretoria que hoje se empossa. Reafirmamos o nosso compromisso de lutar pela classe e defender os interesses sociais e econômicos dos produtores rurais.

Quero enfatizar que temos pelo frente dias e tarefas difíceis e que só poderão ser superadas com a participação direta de todos os companheiros. Nada se faz sozinho, ainda mais quando os compromissos são pesados.

Temos pelo menos quatro grandes desafios:

Sem ordem de importância:

Preparar os produtores rurais e trabalhadores para as mudanças tecnológicas que estão ocorrendo no campo e que deverão ser exacerbadas em razão da grave crise que começou no final do ano passado. Sempre que ocorre uma crise profunda como a que vivemos hoje, ela traz com um dos resultados, saltos tecnológicos.

Preparar nossos trabalhadores e produtores para absorver essas tecnologias – algumas já existentes, outras em gestação ou que ainda serão formuladas – é uma tarefa que se incumbe o Senar Paraná.

No final do ano passado, o Senar introduziu mudanças em sua maneira de agir, a começar por uma re-divisão das supervisões regionais para poder abranger um público maior, já que praticamente dois terços da população economicamente ativa do campo têm estado fora do nosso alcance. E nós temos a obrigação de atendê-la.

O que facilitará a difusão de tecnologia

é a constante atualização dos cursos e a sua aglutinação por cadeias produtivas, que vai ser discutida com todos os municípios do Paraná.

Como forma de ampliar os horizontes de nossos produtores e prepará-los para novos avanços, vamos prosseguir com nossos programas de Empreendedorismo e dos Jovens Agricultores Aprendizes, além de lançar um outro programa especial destinado a mulheres trabalhadoras e produtoras, e esposas e filhas de trabalhadores e produtores.

Preparar os produtores rurais e trabalhadores para as mudanças tecnológicas que estão ocorrendo no campo e que deverão ser exacerbadas em razão da grave crise que começou no final do ano passado. Sempre que ocorre uma crise profunda como a que vivemos hoje, ela traz com um dos resultados, saltos tecnológicos.

Esse programa para mulheres é uma sensibilização para encaminhá-las para uma maior participação na administração e no trabalho na propriedade, além de inserção nas atividades associativas e sindicais.

Como nossos parceiros naturais, os sindicatos rurais têm um papel preponderante e indispensável nas ações do

SENAR e como resultado podem colher frutos positivos como liderança comunitária.

No final deste mês, o sistema FAEP e o Instituto Ambiental do Paraná – IAP vão promover seminários em diversas cidades para divulgar o novo manual de fiscalização ambiental. O que a presidência do IAP está fazendo é impedir que as autoridades ambientais continuem extrapolando em sua ação fiscalizatória, algemando e prendendo produtores de forma injusta e indigna.

Mas essas reuniões têm também outro objetivo, o de mobilizar nossos produtores para mudanças que se prenciam no Código Florestal. Há, atualmente, uma conjugação favorável à discussão de mudanças no Código, principalmente pela ação do nosso ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, que tem lançado novos argumentos a favor da produção e, com isso, conseguiu reabrir o assunto.

Recentemente estive em contato com o presidente da República, por ocasião de audiência que ele concedeu à nova Diretoria da CNA. O presidente mostrou-se sensível às mudanças do Código e manifestou a sua indignação pela forma com que a fiscalização ambiental vinha tratando os produtores rurais.

O ideal era ter liberdade completa, mas isso está fora de cogitações. Nós vamos conseguir avanços, mas nem todas as reivindicações poderão ser atendidas. Desta forma é preciso ter cautela e bom senso na condução da proposta no Congresso Nacional.

Provavelmente será possível computar as áreas de preservação permanente,

ÍTEGRA DO DISCURSO

como as matas ciliares, nos 20% da reserva legal.

Outra possibilidade será a de considerar como fato consumado a utilização de áreas de preservação permanente na produção, como as várzeas onde já se planta arroz; as encostas de morro com cafezais e árvores frutíferas. Parece haver um consenso sobre isso, com base na experiência de outros países, especialmente os europeus que plantam suas vinhas e suas oliveiras nas encostas de morros e ao longo dos rios.

Vamos tentar igualmente ampliar a possibilidade de averbar a reserva legal fora da propriedade, mas também fora da bacia hidrográfica ou até do estado, com a finalidade de preservar ou reconstituir maciços florestais que dão sustentação à fauna.

Outra reivindicação nossa e que parece exequível é a possibilidade utilizar o plantio de espécies exóticas para iniciar a reconstituição da reserva legal. Isso trará um benefício econômico extra ao produtor e matéria prima para a indústria.

As perspectivas são boas tanto pelas manifestações de setores do Governo como por parte do Congresso Nacional. Contudo, o encaminhamento terá que ser bem coordenado, com a participação de todos os dirigentes sindicais não só do Paraná, mas de todo o país. Não podemos perder essa oportunidade.

Outra questão importante que temos que enfrentar com grande responsabilidade é o da sanidade animal e vegetal. O ministro Reinhold Stephanes está fazendo um grande esforço para que o país volte a ter credibilidade internacional no comércio da carne. Mas apenas

o esforço do Ministério da Agricultura é pouco. Todos os estados precisam estar engajados nesta tarefa, quer através das suas autoridades, quer com a ação direta dos produtores rurais e dos demais agentes econômicos.

A sanidade agropecuária é indispensável que quisermos manter e ampliar a nossa participação no comércio internacional de carnes e de produtos vegetais. Com a crise, as restrições às exportações serão maiores e qualquer motivo fútil – seja sanitário ou social – poderá se transformar em pretexto para embargar carregamentos. Já se faz isso normalmente, que dirá agora com o retorno da política protecionista em todos os países do mundo.

No dia 17 de abril será realizado em Curitiba um grande encontro promovido pelo Ministério da Agricultura, Secretaria da Agricultura, a Fetaep e o sistema FAEP/Senar, reunindo prefeitos, secretários da agricultura dos municípios, líderes sindicais e técnicos do governo e da iniciativa privada.

Nessa reunião será discutida a estratégia para dotar o Paraná de um sistema eficaz de defesa, com a participação pública e privada. Acho que o sistema sindical rural deve liderar esse movimento em todo o Estado porque esse é um problema que nos diz respeito diretamente.

O mundo está enfrentando uma grave crise e todos os países e setores estão sendo afetados. Não poderíamos ser exceção.

A gravidade da crise será sentida pelos produtores a partir da comercialização da safra que está sendo colhida. O crédito em escala mundial praticamente desapareceu, o que significa que o Go-

verno Federal vai ter que arranjar recursos para substituir as fontes internacionais para que possamos dar vazão à nossa produção.

É claro que não terá condições de substituir por inteiro, o que denuncia dificuldades, além da já sentida redução na demanda pelos produtos da agropecuária.

A dificuldade, contudo, não reside apenas neste aspecto, mas é um reflexo também da falta de recursos no financiamento do plantio, lembrando que, mesmo com aumento de verba para a agropecuária, o Governo não pode substituir o volume de financiamento das tradings.

Agravando o problema, o plantio sofreu um aumento no seu custo em 30% principalmente por causa da elevação dos preços dos fertilizantes em mais de 100%.

Faltou dinheiro no custeio e sofremos a quarta seca em cinco anos, por sinal a maior delas. Tudo isso nos levou a reivindicar junto ao Governo Federal a reformulação no alongamento das dívidas dos produtores rurais. E como tudo mundo sabe, negociar com o Governo exige perseverança e paciência.

Para um começo de gestão, acho que é um “prato cheio”. Vamos levar pelo menos este ano inteiro envolvidos com estas questões, para as quais vamos precisar da ação conjunta de todos os sindicatos rurais do Paraná; vamos precisar da ajuda de vocês.

Quero novamente agradecer à confiança dos companheiros e reafirmar a nossa disposição de continuar a luta em defesa do produtor rural e sua família.

Muito Obrigado.

Ágide Meneguette”

PARA MELHORAR

Stephanes defende mobilização do setor para avanço na legislação ambiental

Durante a assembleia de posse da nova diretoria da FAEP, o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, destacou que o momento é oportuno para discutir soluções e avanços para a legislação ambiental. Ele citou a iniciativa conjunta do setor agropecuário para sensibilizar o Congresso Nacional para alterações no Código Florestal. Segundo ele, sugestões do setor foram consideradas e devem fazer parte de uma proposta que será reproduzida em todo o País para que deputados e senadores, se sensibilizem

Quanto às mudanças no Código Florestal Brasileiro, o ministro lembrou que, há 40 anos, vem-se construindo uma legislação ambiental no País. Para ele, essa legislação foi desenvolvida, em parte, com sustentação técnica, mas também, por razões ideológicas e, às vezes, por pressão política. “Com as mudanças no Código Florestal, hoje, você não tem um artigo que tinha no Código original”, disse.

Stephanes ainda afirmou que, ao mapear o território nacional, constatou-se que, só em reservas indígenas, a área equivale a cinco estados do Paraná. Ele enfatizou que reservas ambientais, indígenas, quilombolas, etc, respondem por mais de 70% do território nacional. Ou seja, dos 8.510 km² do território brasileiro, sobram apenas 23% para a atividade agropecuária.

“Ninguém está aqui contra a defesa do meio ambiente. Talvez, não existam pessoas mais ecológicas que os produtores rurais”, disse. Segundo ele, de acordo com a legislação vigente, as propriedades com 30, 40, 50 e 80 hectares, que predominam no Centro-sul do País, tornam-se inviáveis para a produção. “É absurdo que o Código proíba que se plante em várzea”, acrescentou.

Em relação ao efeito estufa, Stephanes disse que o Paraná apresenta índices positivos de sequestro de carbono. “A soja e a cana sequestram mais do que emitem. Não há razão, em função do efeito estufa, para o Paraná perder um hectare de produção”, disse.

O ministro lembrou que toda soja do País é produzida em apenas 3% do território brasileiro. “Todos os grãos do Brasil são produzidos em 6% do território nacional”, acrescentou.

Ele ainda destacou os avanços na defesa sanitária. Quanto ao custo de fertilizantes, ele lembrou que o Brasil, apesar de ser um grande produtor de alimentos, importa 70% dos fertilizantes usados na produção agrícola.

“Sempre que a agricultura ganha, o ganho acaba ficando com as empresas de fertilizantes. Esse é um problema estrutural que tem que ser enfrentado”, disse. Porém, o ministro lembrou que há uma série de estudos, considerados estratégicos pelo governo federal, para que o País se torne menos dependente dessas importações.

“Em dez anos, o Brasil pode se tornar autossuficiente em nitrogênio. Em fósforo, temos minas suficientes, distribuídas no território nacional”, afirmou. O ministro ainda lembrou que o País importa 91% do potássio que utiliza. O restante é obtido por uma única unidade de exploração do minério, em Sergipe. Segundo ele, só com a ativação de outras duas unidades em Sergipe, pode-se chegar a 20% do potássio que o Brasil precisa.

Crédito – “O Banco do Brasil levantou a questão de que esse modelo de crédito está esgotado. Tinha que partir para uma nova solução”. Foi assim que Stephanes abordou a situação do crédito e endividamento na agropecuária. Segundo ele, o Banco e o Ministério da Fazenda tra-



Ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes

“Toda soja produzida no Brasil (57,6 milhões de toneladas) ocupa apenas 3% do território nacional. E a produção total de grãos (157,6 milhões de t.) ocupa 7% do território brasileiro” (Reinhold Stephanes)

balham juntos para encontrar uma fórmula em que as variações de preço sejam equalizadas. “O que fazer com o passivo, com o passado, estamos estudando”, acrescentou.

Crise - O evento contou com a participação do professor da FAE Centro Universitário, Gilmar Lourenço, que ministrou a palestra “A Crise Econômica Mundial e o Agronegócio”. Ele lembrou que, a crise financeira começou em setembro do ano passado, quando profissionais de mercado e economistas já alertavam para os riscos de recessão no Brasil. Na época, o governo brasileiro demonstrou otimismo ao acreditar que os efeitos da crise no País seriam amenos. “Estamos efetivamente em recessão. E as medidas que estão sendo adotadas são inócuas e ineficientes”, disse.

Na ocasião, Lourenço destacou as medidas que o governo adotou para enfrentar a crise, mas que não surtiram o efeito esperado. Entre elas, o professor citou a redução da carga tributária sobre a fabricação de veículos, a abertura de linha de crédito e a ampliação do tempo para recebimento do seguro desemprego.

Como uma das medidas mais adequadas para sair da crise, Lourenço destacou a redução de juros. Quanto à situação do agronegócio nacional, ele ressaltou a crise de liquidez. Para ele, a situação deu início a um novo estágio das relações de trocas do setor rural.

Lourenço não acredita que a crise será superada em médio prazo. “Na melhor das hipóteses, este é um ano de ajustes”, disse. Ele ainda enfatizou as condições do País para superá-la. “O Brasil se inseriu no ciclo de expansão do comércio internacional após 2002”, lembrou. Segundo ele, houve redução na vulnerabilidade externa do País, conquista do grau de investimento e recuperação da demanda interna. Como sinal positivo, ele citou o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) nacional. “A taxa de crescimento do PIB brasileiro, entre 2004 e 2008, foi de 6%”, informou.



Ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes

“Dos 8.510 mil quilômetros quadrados do território brasileiro, sobra apenas 23% para atividade agropecuária. Reservas ambientais, indígenas, quilombolas, etc, respondem por mais de 70% do solo nacional”. (Reinhold Stephanes)



Gilmar Lourenço, economista e professor da FAE

Balança comercial

Exportações brasileiras do agronegócio totalizaram R\$ 8,44 bilhões em fevereiro

Da Agência Brasil

A valorização do dólar em relação ao real colaborou novamente para que o resultado da balança comercial do agronegócio, em fevereiro de 2009, fosse maior que o do mesmo período de 2008. As exportações totalizaram R\$ 8,44 bilhões no segundo mês do ano. O valor é 8,9% maior ante o mesmo período de 2008, quando as vendas externas somaram R\$ 7,75 bilhões. O saldo da balança comercial registrou superávit de R\$ 6,84 bilhões. A cotação usada para cálculo da moeda norte-americana, no último mês, foi de R\$ 2,31.

Os valores das exportações em dólar mostram que a redução dos preços internacionais das principais commodities exportadas pelo Brasil influenciou a queda das vendas para outros países. No último mês, os embarques de produtos do agronegócio totalizaram US\$ 3,652 bilhões, redução de 18,6% em relação a igual período do ano anterior. As importações diminuíram 39,8%, alcançando US\$ 692 milhões. Ainda assim, a balança comercial do agronegócio registrou superávit de US\$ 2,959 bilhões.

IMPULSO NA VENDA DE CEREAIS

- Seguindo a tendência, já apontada em janeiro de 2009, as exportações de cereais, farinhas e preparações apresentaram crescimento no último mês, impulsionadas pelas exportações de milho. A quantidade embarcada da commodity aumentou 130,6% em relação a fevereiro de 2008, passando de 325 mil toneladas para 749 mil de toneladas. Os preços foram 20,4% inferiores, resultando numa receita 83,6% superior, de US\$ 67 milhões para US\$ 122 milhões.



O valor das exportações também registrou aumento para o complexo sucroalcooleiro (1,8%), passando de US\$ 485 milhões para US\$ 493 milhões. O incremento é resultado da alta nos preços do açúcar (15,5%) e do álcool (5,1%), e do incremento do volume exportado de açúcar (16,5%). Esse foi 34,5% superior ao de 2008, com total de US\$ 439 milhões. A quantidade embarcada de álcool, no entanto, apresentou redução de 67,4% em relação a fevereiro de 2008. O valor das exportações de álcool diminuiu 65,8%, totalizando US\$ 54 milhões.

QUEDA EM DÓLAR, AUMENTO EM REAL

- As exportações do complexo soja (grão, farelo e óleo) apresentaram redução de 11,8%, totalizando US\$ 496 milhões. Considerando o valor de embarque na moeda brasileira, houve aumento de 18,1%, em fevereiro, que chegou a R\$ 1,14 bilhão. O valor de exportação da soja em grão cresceu de US\$ 186 milhões para US\$ 264 milhões na comparação entre os meses de fevereiro de 2009 e 2008. A quantidade enviada a outros países aumentou 62,2% e

os preços foram 12,4% inferiores.

A influência negativa no complexo soja veio do farelo e do óleo. O primeiro apresentou queda de 18,4% na receita, gerando total de US\$ 188 milhões e os preços foram 4,7% inferiores aos registrados em fevereiro de 2008, enquanto o volume exportado diminuiu 14,4%. O óleo de soja, por sua vez, teve maior queda (-69,7%), o que resultou de redução de 59,2% no volume exportado e 25,9% nos preços.

As vendas externas de carnes registraram retração de 22,4%, diminuindo de US\$ 1,007 bilhão, em fevereiro de 2008, para US\$ 781 milhões no mês passado. Em real, a variação é positiva em 3,9%, passando de R\$ 1,73 bilhão para R\$ 1,8 bilhão. A carne bovina in natura registrou diminuição de 26,9% na receita, o que correspondeu ao valor de US\$ 186 milhões. Esse valor é fruto da queda de 15,3% do preço médio e da redução de 13,7% do volume embarcado.

As receitas de exportação de carne de frango in natura registraram redução de 30%, pela queda de 21,5%

Os valores das exportações em dólar mostram que a redução dos preços internacionais das principais commodities exportadas pelo Brasil influenciou a queda das vendas para outros países

nos preços de 11% na quantidade. As exportações de carne suína in natura permaneceram praticamente constantes em relação a fevereiro de 2008, com ligeira queda de 0,4%. A quantidade exportada do produto, porém, aumentou 14,5%, enquanto os preços diminuíram 13%.

DESTINOS - Os países que apresentaram crescimento no embarque de produtos do agronegócio foram China (8%), Reino Unido (5%), Venezuela (9,9%), Malásia (69,9%), Índia (106,5%) e Angola (26,9%). Em relação às exportações para blocos econômicos e continentes, a África foi destaque, com incremento de 29,3%. A redução das exportações

para a União Europeia (25,7%) deveu-se principalmente à diminuição das exportações de produtos florestais, carnes, couros e produtos de couro, suco de laranja, álcool e milho.

ACUMULADO - No período compreendido entre março de 2008 a fevereiro de 2009, as exportações do agronegócio totalizaram US\$ 70,48 bilhões, valor 17% superior às vendas externas entre março de 2007 e

fevereiro de 2008, que foi de US\$ 60,23 bilhões. O superávit comercial acumulado nos últimos 12 meses foi de US\$ 59,37 bilhões.

Alguns dos setores que mais contribuíram para o incremento das exportações do agronegócio no período em questão foram: produtos apícolas (+91,3%), lácteos (+55,3%), complexo soja (50%), complexo sucroalcooleiro (+28,5%), café (+18,5%) e carnes (+18,2%).

As importações diminuíram 39,8%, alcançando US\$ 692 milhões.

Ainda assim, a balança comercial do agronegócio registrou superávit de US\$ 2,959 bilhões.

CINCO MESES DEPOIS

Safra de grãos volta a crescer segundo levantamento da Conab e IBGE

Após cinco meses de quedas consecutivas, a produção de grãos no Brasil voltou a crescer. O sexto levantamento da safra 2008/09, divulgado no dia 9 (segunda-feira) pela Conab, mostra que o país vai colher 135,32 milhões de toneladas, crescimento de 0,47% em relação à pesquisa do mês passado. Mesmo com esta recuperação, a projeção é 6,1% menor que a do ciclo anterior.

O incremento nesta edição, em relação ao quinto estudo, está na segunda safra de feijão (safra da seca), que passou de 1,41 para 1,55 milhão de toneladas (+9,9%), no arroz, de 12,35 para 12,52 milhões t (+1,3%), na soja, de 57,21 para 57,63 milhões t (+0,7%), e no milho total, de 50,30 para 50,37 milhões t (+0,1%).

Mesmo com o crescimento registrado de fevereiro para março, a maior parte dos estados terá produção menor que a do ciclo passado, resultado do atraso do plantio em algumas regiões e do clima adverso durante o desenvolvimento das culturas. A estimativa para o período atual é de 57,63 milhões de toneladas para soja (cerca de 50% colhida), 50,30 milhões t para o milho to-

O sexto levantamento da safra 2008/09 mostra que o país vai colher 135,32 milhões de toneladas, crescimento de 0,47% em relação à pesquisa do mês passado. Mesmo com esta recuperação, a projeção é 6,1% menor que a do ciclo anterior



tal (cerca de 45% do milho primeira safra colhidos), 12,52 milhões de t para o arroz (cerca de 15% colhidos) e 3,73 milhões do feijão total (primeira safra 100% colhida).

Área - A área total do plantio de grãos será de 47,68 milhões de hectares, 0,5% maior que na safra passada. Entre as lavouras que ganharam espaço estão o feijão (3,99 para

4,17 milhões ha) e o arroz (2,87 para 2,89 milhões ha).

A pesquisa foi realizada entre os dias 16 e 20 de fevereiro. A estatal ouviu produtores rurais, agrônomos e técnicos de cooperativas, secretarias de agricultura, órgãos de assistência técnica e extensão rural e agentes financeiros dos principais municípios produtores do país.

MERCADO / CONJUNTURA AGROPECUÁRIA**Gilda Bozza**

Gilda Bozza é economista do DTE/FAEP

RELATÓRIO USDA – MARÇO/09**Relatório do Usda prevê redução na safra mundial de soja**

Na safra 2008/09, a produção mundial de soja foi revista para 223,27 milhões de toneladas, segundo relatório de março do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (Usda), divulgado na quarta-feira (11). No levantamento de fevereiro, os números indicavam uma produção de 224,15 milhões de toneladas.

Além da produção ser revista para menos, o consumo caiu de 226,72 milhões para 225,74 milhões de toneladas. Os estoques finais foram reavaliados. Passaram de 49,87 milhões para 49,95 milhões de toneladas. A relação estoque final/consumo é de 22%.

Os Estados Unidos devem produzir 80,54 milhões de toneladas. O estoque final foi retificado para 5,03 milhões de toneladas. Isto significa 680

mil toneladas a menos. As exportações norte-americanas foram revisadas para 32,25 milhões de toneladas.

Em relação ao Brasil, a produção foi mantida em 57 milhões de toneladas. As exportações seguem estáveis em 24,90 milhões de toneladas.

Já na Argentina, os números foram reavaliados. A produção daquele país foi reduzida de 43,80 para 43,00 milhões de toneladas. As exportações passaram de 12,70 para 11,70 milhões de toneladas. Ou seja, um corte de um milhão de toneladas.

Com relação aos preços, houve uma mudança de expectativa. As projeções do Usda apontam preços entre US\$ 19,51 a US\$ 21,71/saca.

Na Bolsa de Chicago (CBOT) os preços reagiram ao relatório. Com isso, os contratos para maio/09 fo-

SOJA	
OFERTA E DEMANDA MUNDIAL	
2008 / 2009	(Milhões de toneladas)
PRODUÇÃO	223,27
CONSUMO TOTAL	225,74
ESTOQUE FINAL	49,95
US\$ / saca	19,51 a 19,73
Fonte: USDA - Wasde - março de 2009	

ram negociados a US\$ 19,00/saca, equivalente ao dólar vigente a R\$ 45,35/saca.

Mundo deve consumir cinco milhões de toneladas a menos de milho

MILHO	
OFERTA E DEMANDA MUNDIAL	
2008 / 2009	(Milhões de toneladas)
PRODUÇÃO	787,10
CONSUMO TOTAL	772,45
ESTOQUE FINAL	144,62
US\$ / saca	9,21 a 10,15
Fonte: USDA - Wasde - março de 2009	

O consumo mundial foi retificado para 772,45 milhões de toneladas. Isto significa uma corte de cinco milhões de toneladas em relação ao relatório de fevereiro, que apontava um consumo de 777,47 milhões de toneladas.

A produção mundial, de acordo com o Usda, foi revista para 787,10 milhões de toneladas. Já os estoques finais globais apontam um reajuste de 7,96 milhões de toneladas. Eles passaram de 136,66 milhões para 144,62 milhões de toneladas. Com isso, a relação estoque final/consumo passou para 18,7%.

Já em relação aos Estados Unidos, a produção permanece em 307,39 milhões de toneladas. E as exportações

foram retificadas de 44,45 milhões para 43,18 milhões de toneladas. O consumo norte-americano foi reavaliado de 259,09 milhões para 261,63 milhões de toneladas.

Quanto ao Brasil, o relatório manteve as estimativas anteriores. Ou seja, a produção permanece prevista em 49,50 milhões de toneladas. As exportações brasileiras foram mantidas em 9,50 milhões de toneladas.

Para a Argentina o USDA promoveu alterações no que se refere aos estoques finais do país vizinho, que passaram de 360 mil para 1,51 milhão de toneladas. A produção argentina de milho continua estimada em 13,50 milhões de toneladas. E as exportações foram mantidas em 7 milhões de toneladas.

Os futuros na Bolsa de Chicago foram negociados, na quarta-feira, (11), dia da divulgação do relatório, a US\$ 8,40/saca, correspondente ao dólar atual a R\$ 19,74/saca.

Produção mundial de trigo aumenta em 1,65 milhão de toneladas.

TRIGO	
OFERTA E DEMANDA MUNDIAL	
2008 / 2009	
(Milhões de toneladas)	
PRODUÇÃO	684,43
CONSUMO TOTAL	648,71
ESTOQUE FINAL	155,85
US\$ / saca	11,59 a 12,30
Fonte: USDA - Wasde - março de 2009	

A produção mundial de trigo foi reajustada de 682,78 milhões para 684,43 milhões de toneladas. O consumo mundial passou de 652,41 para 648,71 milhões de toneladas. Essa redução de 3,7 milhões de toneladas é explicada pela menor utilização do trigo para ração na Rússia e pela sinalização de menor consumo de alimentos derivados do trigo nos Estados Unidos.

Com relação aos Estados Unidos, o relatório de março manteve a produção projetada em 68,03 milhões de toneladas. O

consumo passou de 34,29 milhões para 33,56 milhões de toneladas. As exportações foram revistas de 27,22 milhões para 26,67 milhões de toneladas.

No caso do Brasil, a produção foi mantida em 5,80 milhões de toneladas e as importações, em 10,75 milhões de toneladas.

Para a Argentina o USDA manteve os números do relatório de fevereiro/09. Com isso, a produção foi mantida em 8,40 milhões de toneladas e as exportações em 3,50 milhões de toneladas.

VISITA

Produtores ingleses conhecem ações do Sistema FAEP

No dia 11 de março, 24 produtores rurais do Reino Unido visitaram a sede da FAEP em Curitiba. O objetivo da visita foi conhecer o potencial da agricultura do Paraná, a estrutura da FAEP e as ações desenvolvidas pelo SENAR-PR.

Após a apresentação de técnicos do SENAR-PR sobre a agropecuária do estado e o trabalho desenvolvido pelo Sistema FAEP, o presidente da The Farmers Club, John Reynolds, disse que o grupo ficou muito bem impressionado com o que viu e ouviu.

“Decidimos vir ao Brasil devido à grande e crescente importância que este país tem no cenário agrícola mundial”, disse. Segundo ele, a tendência é de que, no futuro, haverá poucos alimentos. “Precisamos alimentar as pessoas. Além disso, a produção de alimentos, combustível e energia depende da agricultura. Por isso, viemos conhecer mais o potencial e avanços do Brasil nesse



setor. Já que nosso objetivo é aprender e discutir para desenvolver nossa agricultura”, explicou.

Antes de chegar ao Paraná, o grupo viajou pelo estado de São Paulo, onde conheceu vários segmentos do agronegócio, como usina de cana-de-açúcar, plantações de soja e algodão,

frigorífico e uma tecelagem que processa casulos de bicho-da-seda.

Fundada em 1842, a associação de produtores rurais The Farmers Club está sediada em Londres. Ela possui 5.550 associados. Deste total, 60% é formado por produtores e 40%, por empresas ligadas ao agronegócio.

CRISE GLOBAL

Usda promove debates sobre mercado agrícola mundial

Apesar da gravidade da crise financeira mundial, o otimismo está em alta. Esta foi uma das conclusões dos participantes do Agricultural Outlook Forum, que aconteceu em Arlington, no estado americano da Virgínia, nos dias 26 e 27 de fevereiro.

Durante o evento, houve um consenso dos participantes sobre a eficácia das medidas tomadas pelo presidente americano, Barack Obama, apesar de ainda não haver uma resposta do mercado financeiro.

Segundo o médico veterinário da FAEP, Fabrício Monteiro, que participou do Forum, o mercado acionário americano caiu 20% com a eleição de Obama. Após a posse do novo presidente, a queda foi de mais 30%. "Mesmo assim, percebi uma opinião unânime, entre os participantes do evento, de que as medidas estão corretas", disse.

No encontro deste ano, foram apresentados os números do Censo Agropecuário Americano 2002/2007. Entre os temas discutidos, esteve o relacionado à produção agrícola dos Estados Unidos. De acordo com o Usda, a área produtiva tende a se manter estável. Haverá aumento apenas na área produtora de soja.

Naquele país, o número de propriedades rurais cresceu 4% desde o último censo, realizado em 2002. Porém, a área utilizada para produção agrícola caiu 1,4%.

Quanto às questões ambientais, os participantes do encontro concordaram que a legislação americana para o meio ambiente deve estar focada na sustentabilidade da produção.

O Agricultural Outlook Forum acontece desde 1923. O principal objetivo é promover o debate entre os participantes e apresentar as tendências para o mercado agrícola mundial.



Segundo o médico veterinário da FAEP, Fabrício Monteiro, que participou do Forum, o mercado acionário americano caiu 20% com a eleição de Obama. Após a posse do novo presidente, a queda foi de mais 30%. "Mesmo assim, percebi uma opinião unânime, entre os participantes do evento, de que as medidas estão corretas"

Mundo - Entre os assuntos relacionados à situação do agronegócio internacional, os participantes do evento concluíram que ainda não há clareza quanto ao papel desempenhado pela demanda e produção da China e da Índia no cenário da crise financeira.

De acordo com o Usda, as exportações de carne tendem a cair neste ano devido à diminuição do poder de compra. Segundo os palestrantes do evento, as redes de fast food, apesar de aumentarem suas vendas,

procuram reduzir os custos de suas refeições em, pelo menos, US\$ 1,00.

Quanto às commodities agrícolas, foi exposto que a variação dos preços deve ser menor neste ano. Principalmente devido a uma menor demanda. Porém, os rumos da crise financeira podem mudar essa tendência. Os participantes também concluíram que os biocombustíveis influenciaram pouco os preços das commodities. "Algo em torno de 3%", disse Monteiro.

ARTIGO

Xico Graziano

Xico Graziano, agrônomo, é secretário do Meio Ambiente do Estado de São Paulo. - Texto disponível no site www.xicograziano.com.br

Agenda azul

Bacia hidrográfica. Guarde esse nome. O novo conceito se destaca nas discussões sobre a sociedade do futuro. Sublinha uma unidade do território, costurada pelo fio d'água. O grande artesanão é o rio.

A base teórica do gerenciamento de recursos hídricos no país se formou em São Paulo, cuja pioneira legislação data de 1991. Na política nacional, a bacia hidrográfica vira unidade básica pela lei 9433, de 1997. Mais tarde, em 2000, o Congresso Nacional aprova a criação da Agência Nacional de Águas (ANA). Como se percebe, o Brasil começa antes do governo Lula.

Na Europa surgiu essa idéia de gerenciar o território a partir do rio principal. Por lá, na França, em Portugal, na Espanha, a sucessão de montanhas e vales caracteriza facilmente uma região geográfica. A agricultura do Velho Mundo se localiza, fundamentalmente, nos vales. Neles impera o corpo d'água, unificando economia e sociedade.

No Brasil as coisas se passam um pouco diferente. Existem, sim, certas regiões facilmente identificadas como no padrão europeu. O melhor exemplo é o Vale do Paraíba. De um lado a Serra do Mar, de outro a Mantiqueira. No meio, o rio Paraíba do Sul, com sua plana e rica várzea, hoje bastante urbanizada e industrializada.

Mas aqui nos trópicos, as cordilheiras e serras nem sempre se fazem presentes. A predominância da leve ondulação permitiu que enormes faixas do território fossem ocupadas pela agropecuária sem distinguir ao certo onde começa ou termina a bacia hidrográfica. Raros espigões delineiam a paisagem. A identificação do território pouco depende do rio. Basta ver os cerrados brasileiros, onde a agricultura se firma nas altas chapadas, não nas grotas.

Por essa razão, por exemplo, as unidades administrativas de governo, como em São Paulo, tradicionalmente se constituíram dissociadas do conceito da bacia hidrográfica. Rara a região ser comandada

pelo rio que a compõe. Mas a política ambiental está modificando esse quadro, rompendo velhas barreiras políticas. Firma-se uma tendência de valorização das bacias hidrográficas na gestão pública.

O sistema paulista de meio ambiente, ombreado agora no gerenciamento de recursos hídricos, localiza no território paulista 22 principais bacias hidrográficas. Nelas, funcionam os Comitês de Bacia, órgãos colegiados que definem o plano de uso dos recursos hídricos, envolvendo o poder público municipal, estadual e a sociedade civil. Nada é fácil, mas avança.

O Brasil concentra 12% da disponibilidade mundial de água. A vazão média dos rios nacionais soma, por segundo, quase 180 mil m³ do precioso líquido. Abundante, mas desigual. Tão somente a Amazônia concentra 73,6% desse volume. Das 12 grandes regiões hidrográficas definidas no país, a segunda mais rica em água moros rios Tocantins/Araguaia, com 7,6%. Segue-se a do Paraná, com 6,4%. Menos água, mais gente.

A ilusão da fartura criou um comportamento perdulário no uso da água. Basta olhar as pessoas lavando calçadas com a mangueira. Em São Paulo, dramaticamente, as bacias hidrográficas pertencentes aos rios Tietê e Piracicaba já se caracterizam como muito críticas no balanço entre demanda e disponibilidade. No Mogi Guaçu a situação, um pouco melhor, está crítica. Uma desgraça.

Pior que a ganância, a economia e a sociedade cresceram poluindo os corpos d'água. No passado, efluentes industriais entupiam os rios com restos químicos. Melhorou essa situação. Agora são os esgotos domésticos, não tratados, que principalmente aniquilam a vida aquática e tornam fétidos os córregos. Em consequência, cresce há décadas o custo do tratamento da água suja para torná-la potável. Um tiro no pé.

A agenda azul preocupa e motiva crescentemente a sociedade global. A cada ano,

aproveitando a lembrança, neste 22 de março, do Dia Mundial da Água, multiplicam-se as propostas em defesa dos recursos hídricos. A água começa a assumir o papel nuclear das políticas de sustentabilidade. No Brasil, percebe-se, cada vez mais, que o uso múltiplo da água – abastecimento, energia, transporte, turismo – pode e deve mobilizar interesses comuns. Essa moderna causa uniu recentemente os governos de São Paulo e do Paraná, que firmaram em resolução conjunta, assinada em Londrina, a gestão integrada da bacia do rio Paranapanema. A divisa se transforma em fator de integração.

O belo, e ainda limpo, rio Paranapanema nasce a 900 metros de altitude, na Serra Agudos Grandes, sudeste de São Paulo. Após um trajeto de 830 km, deságua no Rio Paraná, numa queda de 660 metros. Na extensão territorial, sua bacia mostra 14,5 milhões de hectares, 48% em São Paulo e 52 % no Paraná. Existem 239 municípios inseridos, total ou parcialmente, na bacia hidrográfica. Destes, 108 estão localizados na vertente paulista e 131 na vertente paranaense. Habitam por lá 6,2 milhões de brasileiros. Um mundo.

A gestão compartilhada dos recursos hídricos exige novos critérios de gestão pública. No caso dos chamados rios “federais”, aqueles que percorrem mais de um estado, ou os dividem, como o Paranapanema, o desafio aparece ainda maior. Como, em conjunto, utilizar sem estragar? Difícil no presente, imprescindível no futuro.

Na roça, antigamente, onde afinal morava a maioria da população, grande bacia de zinco se utilizava para quilar a roupa antes de pendurá-la no varal. Às vezes crianças nela tomavam banho. Bacias menores também se utilizam há tempos na cozinha. Tais utensílios domésticos inspiraram, sabe-se lá porque, o batismo desse território abrangido pelo rio, seus córregos e nascentes. A bacia hidrográfica significa o local de confluência das águas. A excelência do azul. Planeta Água.

MEIO AMBIENTE

Conselho Estadual de Meio Ambiente discute destino final do BHC

Membros do Conselho Estadual do Meio Ambiente (Cema) reuniram-se dia 10 na sede do Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento (Lactec), em Curitiba, para discutir o Projeto Poeira. Este visa dar um destino final para cerca de 1,5 mil toneladas de produtos agroquímicos obsoletos, como o BHC (Hexabenzeno de Cloro), existentes no Paraná.

Durante o encontro, os participantes discutiram o projeto piloto na prática. De acordo com ele, o recolhimento do BHC envolverá apenas os agricultores previamente cadastrados pela Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Paraná (Seab).

O projeto piloto visa a destruição de aproximadamente 150 toneladas de BHC, já identificadas pela Seab. A maior parte do produto, já levantado pela Secretaria, encontra-se nas regiões de Cornélio Procópio, Londrina, Maringá e Umuarama.

O diretor financeiro da FAEP, João Luiz Rodrigues Biscaia, que também é membro titular do Cema, afirmou que a questão do BHC é um problema da sociedade em geral. "Se o governo autorizou a entrada do BHC, se este produto foi vendido, e os produtores pagaram por ele, agora ainda terão que pagar pelo transporte dele, para seja incinerado?", questionou.

De acordo com o projeto piloto, o custo de retirada do BHC é de R\$ 7,50 por quilo do produto. Para retirar as 150 toneladas, o custo seria de R\$ 1.125.000,00. Segundo Biscaia, os produtores rurais perderam dinheiro ao não poderem utilizar o produto já adquirido. Além disso, eles tiveram que estocá-lo por todos esses anos.



"Dessa forma, não é justo que seu órgão de representação, a FAEP, vá arcar com dispêndios financeiros para consecução de uma tarefa que cabe ao governo, que proibiu o uso do agrotóxico", disse.

Lei – Durante a reunião, foi apresentado o Projeto de Lei N° 052/08, do deputado estadual Luiz Eduardo Cheida, que prevê um período de autodenúncia de seis meses para os agricultores que ainda mantêm o BHC armazenado em suas propriedades. Nesse período, o produtor deve declarar a existência do produto nos escritórios do Instituto Ambiental do Paraná (IAP) ou da Emater. Esse prazo passa a valer após 45 dias da publicação da nova lei. Porém, o projeto de lei ainda depende de sanção do governador Roberto Requião.

BHC - O uso do BHC foi proibido no Brasil em 1975. Ele era usado, principalmente, nas lavouras de café. Desde então, o agrotóxico ficou es-

O projeto piloto visa a destruição de aproximadamente 150 toneladas de BHC, já identificadas pela Seab

tocado nas propriedades rurais. Em 2001, a Seab providenciou a remoção de parte desse estoque da região de Tamarana, no norte do estado.

De acordo com estudos da Universidade Estadual de Maringá (UEM), o BHC pode causar danos sérios e irreversíveis ao sistema nervoso central. Entre as conseqüências imediatas da contaminação, pode-se destacar a depressão do Sistema Nervoso Central (SNC), com possíveis convulsões. Outras reações associadas são diarreia, cefaléia (dor de cabeça), tremores, arritmia cardíaca e em casos mais graves falência múltipla dos órgãos e o óbito.

LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

Código Florestal e fiscalização serão abordados em encontros

A Federação da Agricultura do Paraná (FAEP) promove a partir do dia 20 uma série de encontros sobre meio ambiente, que serão realizados em oito cidades do interior do estado. No evento serão apresentados os novos padrões de fiscaliza-

ção e as mudanças no Código Florestal Brasileiro.

O presidente da FAEP, Ágide Meneguette, fará a abertura de todos os encontros, e o presidente do IAP, Vitor Hugo Burko, participará de conferências sobre a

atuação dos fiscais da entidade.

Entre os convidados que discutirão as mudanças no Código Florestal, estarão senadores, deputados federais. Deputados estaduais participarão como convidados especiais. Veja a programação:

REUNIÕES REGIONAIS SOBRE MEIO AMBIENTE

DIA 20/03 – SEXTA-FEIRA		DIA 27/03 – SEXTA-FEIRA	
Manhã 09:00 horas - Maringá Associação COCAMAR Av Constandcio Pereira Dias, 1000 – Parque Industrial	Tarde 14:00 horas – Cascavel Centro de Convenções de Cascavel Rua Fortunato Beber, 987 Bairro Pacaembu	Manhã 09:00 horas – Cornélio Procópio Casa João Paulo II Rod PR 160 Km 04 – Estrada Cornélio Procópio – Nova Fátima	Tarde 14:00horas Umuarama Anfiteatro da UNIPAR Pça Mascarenhas de Moraes, s/n°
DIA 21/03 – SÁBADO		DIA 28/03 – SÁBADO	
Manhã 09:00 horas Guarapuava Paly Centro de Eventos Rua Guaíra, 5593	Tarde 14:00 horas Irati Italiano Eventos Rua Coronel Emílio Gomes, 380 - Centro	Manhã 09:00horas – Pato Branco EXPOPATO Parque de Exposições de Pato Branco Rua Benjamim Borges dos Santos, 111 – Bairro Fraron	Tarde 14:00horas – Castro Teatro Bento Mosurunga Praça Manoel Ribas, 43

ALÍVIO

Entra em vigor linha especial de crédito para o setor lácteo

O prazo para contratação da linha é junho de 2009 e o reembolso deve ser feito em até 180 dias

Já estão em vigor as condições de contratação da Linha Especial de Crédito (LEC) para produtores de leite e derivados. A Portaria Interministerial n° 144, publicada nesta quarta-feira (11), no Diário Oficial da União (DOU), define os limites do financiamento, beneficiários e os prazos de contratação. A medida foi anunciada em fevereiro durante reunião da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Leite, presidida por Rodrigo Alvin, representante da CNA.

“A medida permite que as agroindústrias e produtores rurais con-

tem com um limite duas vezes maior de crédito para estocagem de leite no período de entressafra”, explica o secretário de Política Agrícola, Edilson Guimarães, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Ele observa que a LEC evita a venda de leite a preços inferiores aos de mercado, no período em que tendem a cair.

A Comissão Técnica de Bovinocultura de Leite da FAEP acredita que esta medida vai beneficiar os produtores, pois trata-se de um apoio num período de preços baixos e custos altos.

Conforme a portaria, podem contratar a linha produtores, cooperativas rurais, beneficiadores e agroindústrias de leite. O limite para o financiamento deve ser calculado pelo resultado da quantidade adquirida do produto multiplicada pelo preço de referência estipulado na portaria, conforme o produto e a região. Para beneficiadores e agroindústrias o limite de contratação é de R\$ 20 milhões.

O prazo para contratação da linha é junho de 2009 e o reembolso deve ser feito em até 180 dias.



EDITORIAL

Jornal Gazeta do Povo

Editorial da Gazeta do Povo publicado dia 12 de março de 2009

Agora, o novo mínimo

Diferentemente do de outros estados, o governo do Paraná tomou poucas iniciativas concretas e de eficácia indiscutível para minimizar os efeitos da crise financeira internacional que atinge pesadamente a atividade econômica, com efeitos drásticos principalmente sobre o nível de emprego. A linha geral que se observa nas providências adotadas, quer pelo governo federal quer pelos estaduais, é a de conceder estímulos de natureza fiscal e creditícia às empresas e ao consumo, com foco sobretudo na preservação do emprego. No Paraná, ao contrário, as medidas intentadas caminham para resultado inverso, como são o caso do aumento desproporcional do salário mínimo regional e da emenda constitucional que condicionava a concessão de incentivos e benefícios fiscais às empresas que se obrigassem a não demitir funcionários.

Essa última medida foi derrubada ontem na sessão de votação da Assembleia Legislativa ao não conseguir o quórum mínimo de 33 votos favoráveis. O resultado foi algo inusitado levando-se em consideração que o governo estadual, que conta com folgada maioria na Casa, tem invariavelmente aprovado todos os projetos que lhe convém. Desta vez foi diferente: o governo foi derrotado pela ausência de alguns parlamentares de sua base que, certamente convencidos da inconveniência da ideia, preferiram não referendá-la.

Vencido este capítulo, há outro em vias de ser votado pela Assembleia. Trata-se da proposta encaminhada pelo governador Roberto Requião que eleva em 14,9% o valor do piso mínimo das categorias não protegidas por regulamentações e acordos coletivos, como é o caso dos empregados domésticos e dos trabalhadores rurais, totalizando cerca de 400 mil pessoas. Para tais categorias, se aprovado o reajuste, a partir de maio próximo o piso variará entre R\$ 605,27 e R\$ 629,60, valores 15% superiores, em média, ao salário mínimo nacional.

De novo, o que se nota objetivamente nesta proposta é a intenção aparente do governo paranaense de melhorar a renda do trabalhador mais humilde – atitude certamente louvável. O governo argumenta, com suposto bom senso, que, com o aumento salarial, estará contribuindo para melhorar as condições de consumo das camadas de menor renda e, portanto, para a manutenção dos níveis de produção industrial e da atividade comercial. Logo, o reajuste teria pouca ou nenhuma influência negativa sobre a saúde das empresas e, ao contrário, teria o efeito de estimular o emprego.

Há de se perguntar, contudo, se na prática tal medida não terá resultado oposto. Em primeiro lugar, porque atinge pesadamente as famílias empregadoras de domésticos, quando sabemos que famílias não são unidades produtivas compará-

veis a uma empresa. Assim, diante da dificuldade de arcar com um aumento acima do que permite a renda familiar, muitos empregadores domésticos poderão optar pela dispensa de seus empregados ou pela contratação pela via marginal da informalidade.

Da mesma forma, sabe-se das dificuldades que vive o setor agropecuário nacional e paranaense de modo particular, intensivo empregador da mão-de-obra abrangida pelo piso salarial estadual. Ninguém desconhece que os efeitos recessivos da crise internacional inibiram as importações das principais commodities aqui produzidas, com reflexos negativos sobre seus preços e, por conseguinte, sobre a renda do campo. Não há produtor rural que não tema o prejuízo e que não tome providências para evitá-lo ou diminuí-lo. E o fará, sem dúvida, sobre itens do custo de produção que mais pesam. A mão-de-obra é um deles.

Impossível imaginar que, no âmbito do governo que concebeu a ideia de, neste momento crítico, elevar o piso salarial estadual, não se tenha dimensionado tais riscos. Se sim, impossível também não imaginar que ela tenha sido inspirada simplesmente por uma veia populista que não condiz com a grave realidade social e econômica com a qual todos convivemos neste momento – e da qual a vítima mais ameaçada e mais indefesa é justamente o trabalhador.

Sabe-se das dificuldades que vive o setor agropecuário nacional e paranaense de modo particular, intensivo empregador da mão-de-obra abrangida pelo piso salarial estadual

SEGURO RURAL

Municípios terão audiências públicas sobre fundo de catástrofe

Audiências públicas sobre o Projeto de Lei Complementar 307/08, que autoriza as seguradoras privadas a formarem um fundo de catástrofe para cobertura das operações de seguro rural, deverão ser realizadas nos municípios de Cascavel, Chapecó (SC), São Borja (RS), Campo Grande (MS) e Brasília (DF).

A realização dessas audiências é uma iniciativa do deputado federal Moacir Micheletto, que é relator do Projeto na Câmara Federal. Apesar dos locais estarem definidos, ainda não foram anunciadas as datas em que as cinco audiências deverão ocorrer.

O Projeto autoriza as seguradoras privadas a criarem um consórcio, que pode contar com dinheiro público. Ele servirá para dar cobertura suplementar aos riscos de catástrofe relativos ao seguro rural.

RECOMENDAÇÕES

Ministério da Agricultura aceita sugestões de mudanças para Sisbov

O Ministério da Agricultura acatou no dia 10, com poucas adaptações, as 21 recomendações propostas pela Comissão Técnica Consultiva do Serviço Brasileiro de Rastreabilidade da Cadeia Produtiva de Bovinos e Bubalinos (Sisbov) que visam agilizar o Serviço. E, com isso, recuperar as exportações de carne bovina para a União Europeia (UE) o mais rápido possível.

Segundo o médico veterinário da FAEP, Fabrício Monteiro, que representou a entidade na reunião, além de aceitar as mudanças a iniciativa do Ministério abriu caminho para que seja trabalhada uma nova ins-

Para o governo, o fundo vai permitir a expansão da cobertura para segmentos produtivos em que o risco é um forte obstáculo à atuação da iniciativa privada.

Atualmente, o projeto é analisado na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR) da Câmara dos Deputados. Depois, ele vai para as comissões de Finanças e Tributação (CFT) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Ainda está sujeito à votação em plenário.

Fundo de catástrofe – O presidente do Sistema FAEP, Ágide Meneguette, informou que o fundo é condição fundamental para o avanço do seguro rural. Já que visa proteger o mercado segurador contra perdas financeiras decorrentes de

catástrofes. Principalmente, em caso de grandes prejuízos por conta da quebra de safra.

Para Meneguette, além de ser um grande instrumento de redução dos prejuízos provocados por situações adversas à produção e indutor de alta tecnologia, o seguro agrícola pode ser parte da solução para se evitar futuras prorrogações de dívidas dos produtores.

"A implementação do fundo tornará o segmento de seguro rural atrativo para novas seguradoras e resseguradoras, trazendo uma série de benefícios em cascata, como massificação do seguro rural, pulverização dos riscos, redução do valor do prêmio, maior estabilidade na renda dos produtores e acesso facilitado ao crédito rural", afirmou.

Apesar dos locais estarem definidos, ainda não foram anunciadas as datas em que as cinco audiências deverão ocorrer.



trução normativa sobre o serviço nacional de rastreabilidade. "Durante o encontro, foi defendido que a nova instrução normativa seja enxuta, prática e flexível", disse.

Participaram da reunião representantes da Comissão, do Ministério e coordenadores do Sisbov, que é responsável pelo registro e identificação do rebanho bovino e bubalino do País.

EDITORIAL

Jornal O Estado de São Paulo

Publicado no jornal O Estado de São Paulo de 11 de março de 2009

MST investe na impunidade

As invasões e depredações realizadas por 6,5 mil mulheres do Movimento dos Sem-Terra (MST) e associados, como o Via Campesina, em oito Estados e no Distrito Federal, em "comemoração" ao Dia Internacional da Mulher e sob o pretexto de protestar contra o "modelo de agronegócio" brasileiro e a "paralisia da reforma agrária", fazem parte de uma rotina que até seria monótona, pela repetição, caso não apresentasse sempre maiores abrangência e violência.

Desde que seu objetivo principal deixou de ser a reforma agrária, e passou a ser claramente político - mesmo que baseado numa geleia ideológica "revolucionária" de confusa natureza -, o Movimento dos Sem-Terra (MST) tem investido, fundamentalmente, na impunidade. As invasões de fazendas produtivas, as derrubadas de cerca, as depredações de sedes, as matanças de animais, as colocações de empregados rurais em cárcere privado, assim como os saques e as destruições de cabines de pedágio, as ocupações e depredações de prédios públicos, os acampamentos e interdições de estradas tudo tem dado margem à prática, pela entidade e seus seguidores, dos mais variados crimes comuns, inclusive os de homicídio. O problema é que a maioria esmagadora desses crimes permanece à espera de julgamento.

Os processos envolvendo integrantes do MST e grupos assemelhados, como Via Campesina, Movimento de Libertação dos Sem-Terra (MLST) - incluindo aí o do notório dissidente emesetista José Rainha Junior, "dono" dos esbulhos possessórios do Pontal do Paranapanema -, têm caminhado a passos lentos demais no Judiciário. Assim, as críticas que o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Gilmar Mendes, tem feito tanto ao governo - por repas-

sar verbas públicas para o MST e assemelhados - quanto ao Ministério Público (MP), por não cobrar o respeito à lei, são extensivas ao próprio Judiciário. "Na verdade, temos de sempre eleger prioridades. Esta é uma questão que está se acumulando, que está se adensando, e que muitas vezes gera, maximiza conflitos" - disse o presidente do Supremo.

Entendemos, pelas palavras do ministro Mendes, que mesmo sendo a Justiça estruturalmente morosa, há certas questões que merecem grande prioridade de julgamento, sob pena de resultarem nas piores consequências sociais - caso dos "investimentos em impunidade" que fazem MST e assemelhados. As 400 mulheres que ocuparam o 9º andar do Ministério da Agricultura, em Brasília, fizeram questão de dizer que não tinham interesse algum em encontrar-se com o ministro. O que queriam era só protestar contra o "modelo agrícola" vigente no Brasil. Há pouco tivemos, comandado pelo dissidente Rainha, o "Carnaval Vermelho" - ele tem, sistematicamente, escolhido datas e meses "vermelhos" para suas operações violentas, cujo único objetivo é desmoralizar as instituições democráticas.

Nada menos do que 650 processos penais foram abertos contra integrantes do MST, desde 1995. A quase totalidade de-

les ainda não teve julgamento definitivo - transitado em julgado: o assassinato do policial Luiz Pereira, em 2005, pelo qual 11 sem-terra foram presos, o Ministério Público os denunciou por homicídio triplamente qualificado e o processo aguarda julgamento da Justiça no Recife; a interrupção, no ano passado, da Estrada de Ferro Carajás, no Pará, pelo que a Justiça Federal condenou o MST a pagar R\$ 5,2 milhões à Vale - mas, interposto recurso pelo MST, ainda falta o pronunciamento final da Justiça; a invasão e destruição, em 2006, do viveiro da Aracruz Celulose, no Rio Grande do Sul, quando o Ministério Público denunciou 37 invasores e o processo aguarda julgamento no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul; a invasão do Congresso por integrantes do Movimento de Libertação dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MLST), em que mais de 100 pessoas foram denunciadas pelo MP por lesões corporais, crimes contra o patrimônio e formação de quadrilha - e o processo aguarda julgamento na Justiça Federal; os muitos processos - inclusive por crime de morte - tendo como réu José Rainha Junior - que aguardam julgamento em definitivo. Eis apenas alguns exemplos. De onde é para se concluir que, até agora, os investimentos em impunidade, feitos pelo MST, só lhe têm trazido ótimos dividendos.

Reintegração de posse no Paraná leva até dez meses

O tempo médio para cumprimento de um mandado de reintegração de posse no Paraná dobrou no último ano, e a espera varia de oito a dez meses. Segundo o diretor da Comissão Técnica de Política Fundiária da FAEP, Tarcísio Barbosa, a culpa pela demora no procedimento é do governo estadual. "O governo do Estado é conivente com as invasões. É um

desrespeito à decisão judicial".

Depois de obtida a liminar na Justiça, o proprietário da área deve aguardar a Secretaria de Estado da Segurança Pública cumprir a decisão. Atualmente, existem cerca de 65 áreas ocupadas por integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) no Paraná.

QUATRO DÉCADAS DE LUTA

Sindicato rural de Ponta Grossa comemora seus 45 anos de fundação

O Sindicato Rural de Ponta Grossa comemorou no dia sete de março os 45 anos de fundação com a realização de diversos eventos programados para a data. O mais antigo sindicato rural do Paraná foi criado oficialmente em 28 de fevereiro de 1964 por um grupo de idealistas e lideranças da época que reuniu nomes como João Maria Cruz, Ivo Bittencourt, João Samuel Rodrigues, Alceu Bizetto, Antonio Branco Martins, Francisco Gomes, Hildegard Kossatz, Decio Vergani, Jacob Nadal, João Madalozzo, Ivan Maciel e tantos outros que faziam parte da então associação rural.

Como forma de preservar a memória do sindicato, no salão de reuniões foi montada uma galeria com as fotos de todos os ex-presidentes, que também foram homenageados, durante jantar, com um troféu comemorativo. O diretor-financeiro da FAEP, João Luiz Rodrigues Biscaia, que presidiu o sindicato de 1981 a 1987, foi homenageado com um troféu.

Durante a solenidade foi apresentado o projeto Conhecendo o Campo, que levará alunos das escolas da cidade para conhecer propriedades rurais da região, em visitas educativas. A primeira turma foi a 6ª série da escola Desafio, que aprenderam como se dá o funcionamento da produção leiteira na Fazenda Potreiro Grande. O atual presidente do sindicato, Sérgio Antonio Sozim, conta que o projeto será de grande valia para os jovens e crianças aprenderem sobre o valor da vida no campo. "Teremos outras visitas programadas com outras escolas como uma maneira divertida e eficiente de mostrar aos jovens que o leite não vem da caixinha e que quem mais preserva o meio ambiente é o proprietário produtor rural" comentou.



Um leilão de animais, no Centro Agropecuário Municipal, marcou o encerramento das comemorações. Além das homenagens aos 45 anos do sindicato, as mulheres também foram homenageadas pelo seu dia. Todas receberam uma rosa, que foi entregue por cowboy, devidamente caracterizado.

Como forma de preservar a memória do sindicato, no salão de reuniões foi montada uma galeria com as fotos de todos os ex-presidentes, que também foram homenageados, durante jantar, com um troféu comemorativo (foto acima)

Diretor-financeiro da FAEP, João Luiz Rodrigues Biscaia, com o presidente do Sindicato Rural de Ponta Grossa, Sérgio Antonio Sozim



PREVIDÊNCIA**João Cândido de Oliveira Neto**

Consultor de Previdência Social da FAEP

Contribuição previdenciária sobre produção rural

A contribuição previdenciária recolhida ao INSS pelo produtor rural empregador-pessoa física, está definida, no art. 25 da Lei n° 8.212/91 com a redação da Lei n° 10.256/01. À pessoa jurídica no art. 25 da Lei n° 8.870/94 com a redação da Lei n° 10.156/01. Para a agroindústria no art. 22ª da Lei n° 8.212/91, acrescentado pela Lei n° 10.256/01, alterado pela Lei n° 1.684/03. Elas incidem sobre receita bruta proveniente da comercialização da produção e dos subprodutos e resíduos, se houver. Ainda sobre o valor do arremate da produção rural; o preço de mercado da produção rural dada em pagamento, permuta, ressarcimento ou em compensação. Entende-se como preço de mercado, a cotação do produto rural no dia e na localidade em que ocorrer o fato gerador.

São contribuições substitutivas as incidentes sobre o total das remunerações pagas ou creditadas, a qualquer título, aos segurados empregados e trabalhadores avulsos, conforme tratam os incisos I e II do art. 22 da Lei n° 8212/91. Portanto elas não incidem sobre o valor dos salários pagos aos empregados, a não serem as contribuições denominadas de terceiros e destinadas ao IN-CRA, Salário Educação e Senar.

Não se aplica a substituição para as agroindústrias de piscicultura, carcinicultura, suinocultura e avicultura.

O recolhimento das contribuições é feito pelo sistema de sub-rogação, o que significa que o adqui-

rente, inclusive agroindústria, consumidor, consignatário e cooperativa, fazem a retenção da base de cálculo para posterior destinação ao INSS através da rede bancária.

Não se aplica o sistema de sub-rogação na comercialização feita pelo produtor rural pessoa jurídica. Também para a pessoa física que comercialize diretamente com outra pessoa física, ou com destinatário incerto sem comprovação formal do destino da produção.

publicada no dia 23 do mesmo mês, data em que entrou em vigor, revogou esta isenção, impondo cobrança na forma como já ocorre com outros produtos agropecuários. Esclareça-se, que a isenção desta base de cálculo já não vigorava para os produtores rurais pessoas jurídicas, desde 1997 conforme determinou a Medida Provisória 1523. Agora, por força da nova lei, foi estendida aos produtores rurais pessoas físicas. Portanto, no caso de comercializa-

São contribuições substitutivas as incidentes sobre o total das remunerações pagas ou creditadas, a qualquer título, aos segurados empregados e trabalhadores avulsos, conforme tratam os incisos I e II do art. 22 da Lei n.º 8212/91.

Este sistema substitutivo de contribuição já está bem difundido dentro do meio produtivo rural. Entretanto dúvidas existem quanto a isenções destas contribuições sociais.

A primeira delas se refere à comercialização de produtos destinados ao plantio e reflorestamento, como sementes e mudas; produto animal destinado à reprodução ou à criação pecuária e granjeira e ainda, o utilizado como cobaia para fins de pesquisa científica.

Na comercialização destes produtos pelo produtor rural pessoa física, não havia incidência de contribuição, conforme dispunha o § 4º do artigo 25, da Lei 8212/91, até que a Lei 11.718, de 20 de junho de 2008,

ção destes produtos entre produtor rural pessoa física e jurídica, antes isentos, haverá a incidência da contribuição de 2,3% destinadas ao INSS e Senar, ficando a adquirente pessoa jurídica responsável pelo recolhimento.

No caso de comercialização de produtos para reprodução, entre produtores rurais pessoas físicas, como sementes, mudas e reprodutores, entre outros, a obrigação de recolhimento da contribuição previdenciária é do produtor responsável pela venda.

Assim, a revogação dos dispositivos da Lei 8212 passou a onerar o produtor rural pessoa física principalmente nas atividades de venda de

animais para reprodução (gado, ovinos, caprinos, cavalos, entre outros), inclusive embriões e sêmem, e na comercialização de sementes e mudas e ovos galados e pinto de um dia.

A respeito vale a pena transcrever trechos da análise da revogação desta isenção, feita pelo técnico do Departamento Econômico da Confederação da Agricultura e Pecuária – CNA, Dr. Luciano Carvalho.

“A exclusão da base de cálculo é objetivo antigo do Ministério da Previdência Social, que pretendia uniformizar a cobrança da contribuição entre pessoas físicas e jurídicas. Tal exclusão não fazia parte do texto original da MP 410, que originou a Lei 11.718. O entendimento da Previdência Social é o de que, se não fosse substitutiva, a contribuição sobre a folha de salário ocorreria em todas as fases de produção do material genético”.

No caso de comercialização de produtos para reprodução, entre produtores rurais pessoas físicas, como sementes, mudas e reprodutores, entre outros, a obrigação de recolhimento da contribuição previdenciária é do produtor responsável pela venda.

“Vale destacar, também, que os segmentos da agropecuária prejudicados com a nova contribuição, decorrente da revogação de isenção da base de cálculo, são setores pouco intensivos em mão de obra, o que torna a contribuição sobre o valor da produção (faturamento) proporcionalmente mais onerosa do que cobrada sobre a folha de salários. No caso da pecuária, a incidência de 2% sobre a produção de um pecuarista com faturamento anual de R\$453 mil correspondente a um rebanho de 500 cabeças geraria um recolhimento de R\$ 9.066,00 pelo INSS, enquanto que uma cobrança de 20% sobre a folha de pagamento de um empregado, deste mesmo montante totalizaria uma contribuição de R\$ 2.340,00”.

Outra isenção é a que trata das receitas originárias de exportação de

produtos agropecuários, conforme disposto no inciso I do § 2º do art. 149 da Constituição Federal, alterado pela Emenda Constitucional n° 33, de 11 de dezembro de 2001.

Entretanto esta isenção só se aplica, quando a produção é comercializada diretamente com adquirente domiciliado no exterior. A receita decorrente de comercialização em empresa constituída e em funcionamento no País é considerada receita proveniente do comércio interno e não de exportação, independentemente da destinação que se dará ao produto. O que significa a não aplicação da isenção quando a comercialização é realizada por empresa comercial (Trading Company). Estes critérios estão estabelecidos na Instrução Normativa n° 3, de 14 de julho de 2005, da então Secretaria da Receita Previdenciária do INSS, hoje

absorvida pela Receita Federal do Brasil

Sabemos que várias empresas buscam o Poder Judiciário no sentido de se declarar a inconstitucionalidade da referida Instrução Normativa, considerando que a Constituição Federal não faz qualquer distinção entre as exportações realizadas diretamente e aquelas efetuadas através de empresa comercial exportadora.

Esclareça-se ainda, que a contribuição destinada ao Senar, tanto as incidentes sobre a comercialização da produção rural, quanto a incidente sobre a folha de salários, classificam-se como contribuições de interesse de categorias profissionais ou econômicas, o que impõe concluir que a imunização a que se refere o inciso I, § 2º do artigo 149 da Constituição Federal não lhes alcança.

CURSOS PARA 2009

Sindicato de Chopinzinho realiza o Planejamento Estratégico de Mobilização

“Com essa programação adiantada poderemos organizar os cursos com mais tranquilidade e verificar o que realmente é necessário para a profissionalização do empresário do campo”, afirmou o presidente do Sindicato Rural, Rubenei Meloto.

O Sindicato Rural de Chopinzinho promoveu no dia 5 de março o PEM (Planejamento Estratégico de Mobilização) reunindo todos os setores envolvidos com agricultura para planejar os cursos de 2009.

Segundo o supervisor do SENAR-PR, Sidnei Andric, há um planejamento no qual objetivo é formar o cronograma de cursos para o Município de Chopinzinho e suas extensões de base, e nesse cronograma serão incluídos todos os eventos que serão demandados pelo Município e suas extensões.

“As reuniões servem para que o SENAR-PR tenha condições de ter uma logística mais adequada com relação aos materiais disponibilizados para os cursos, sua equipe de instrutores, e para que o órgão possa ter os melhores profissionais à disposição do sindicato” comenta Andric.

Os cursos programados já estão agendados mensalmente para que ocorram durante o ano de 2009, e outras demandas poderão surgir onde serão incluídas no planejamento estratégico até a metade do mês, para que haja condições de saber exatamente quem será atendido e quais os instrutores serão chamados.

O presidente do Sindicato Rural, Rubenei Meloto, destaca a importância deste planejamento para todos os envolvidos. “Com essa programação adiantada poderemos organizar os cursos com mais tranquilidade e verificar o que realmente é necessário para a profissionalização do empresário do campo”, afirmou.

ARTIGO

Eduardo Sciarra

Eduardo Sciarra é deputado federal e vice-presidente nacional do Democratas - Publicado no jornal Gazeta do Povo em 12/03/2009

A conta do MST quem paga é você



Deputado federal Eduardo Sciarra

A sangrenta experiência do último século mostrou à humanidade que a brutalidade e a mentira são instrumentos a serviço dos totalitários de todos os matizes. E mostrou ainda que prosperam soberanos sempre que a maioria de cidadãos decentes recua diante do dever de falar a verdade, de defender a Justiça e o Direito.

É imperativo louvar a lúcida coragem do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Gilmar Mendes, e da presidente da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), senadora Kátia Abreu, que ergueram suas vozes respeitáveis contra o mais recente surto na escalada de crimes e invasões perpetrados por organizações como o MST e similares.

A manifestação do presidente do STF teve como objeto imediato, por um lado, o “carnaval vermelho” comandado pelo líder sem-terra e amigo da cúpula petista José Rainha; e, por outro, a execução por militantes do

MST de quatro trabalhadores recrutados para proteger de novas invasões a Fazenda Jabuticaba no agreste de Pernambuco. Para além da brutalidade, o ministro Gilmar Mendes reafirmou a ilegitimidade e a ilegalidade dos repasses de verbas do Executivo Federal a entidades de fachada que sustentam as invasões.

O mesmo posicionamento contundente encontrou eco na CNA, que divulgou nota condenando as centenas de invasões de terra praticadas nos últimos seis anos pelo MST e seus congêneres, como o Movimento de Libertação dos Sem-Terra (MLST), esse último responsável por quebra-quebra no Congresso Nacional em 2006, e a Via Campesina. São entidades clandestinas, sem CNPJ, nem endereço conhecido e, portanto, ilegais, cujos líderes comandam grupos de sequestradores, vândalos, torturadores e assassinos.

Na nota, a CNA adverte que esses movimentos invasores, essas organizações criminosas, tomaram-se fontes de “insegurança jurídica”, recordando que “nenhuma nação avança quando falta confiança na força que emana das regras livremente construídas e respeitadas”; e que os “produtores rurais, assim como todos os brasileiros”, precisam de estabilidade jurídica e respeito às leis “para trabalhar e produzir”.

Não bastasse a violência das invasões e a ilegalidade no repasse e aplicação de recursos públicos, os líderes sem-terra e os seus aliados no governo federal, que aparelham, por exemplo, o Incra, subordinado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, estão mentindo quando negam que as invasões sejam financiadas com dinheiro público.

Ora, desde 2002, três entidades que admitem ter laços com o MST receberam, juntas, R\$ 49,4 milhões. São elas: a Associação Nacional de Cooperação Agrícola (Anca), o Instituto de Tecnologia de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (Iterra), a confederação das cooperativas de reforma agrá-

ria (Concrab). O TCU constatou também, pasmem, que não há controle nem fiscalização da execução desses convênios e do uso de tais recursos.

O estigma da mentira é compartilhado, é claro, pelo governo Lula. Constatando o forte repúdio da opinião pública aos recentes abusos e crimes cometidos pelo movimento, o presidente da República e o ministro do Desenvolvimento Agrário agora dão entrevistas condenando a violência no campo e puxando as orelhas da militância.

O presidente que hoje critica o MST é o mesmíssimo Lula que envergou o bonezinho vermelho presenteado pelos chefões dos sem-terra, a quem recebeu em audiência no Palácio do Planalto. Também é o mesmo que, há pouco tempo, abraçou José Rainha, o comandante das invasões no Pontal do Paranapanema, jurando-lhe amizade eterna. Se Lula e Cassel estivessem falando sério, já teriam cortado a verba desses quadrilheiros, já classificados como “terroristas” em relatório de minha autoria, aprovado pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara, em 2 de julho do ano passado, quando da invasão da Syngenta Seeds no Paraná.

De mentira em mentira, de crime em crime, de impunidade em impunidade, os invasores de terra farreiam com o dinheiro suado do contribuinte, escarnecem da lei, semeiam a insegurança, espalham o medo e solapam o Estado de Direito.

Tudo isso, sob o olhar complacente, tudo isso sob o mecenato cúmplice de autoridades governamentais, que, em passado recente, fizeram carreira política clamando contra o arbítrio e reivindicando a volta da democracia. Mais do que nunca, nós, que queremos a paz, o desenvolvimento econômico e o progresso social do Brasil, devemos meditar sobre as verdades ditas pelo presidente do STF e pela presidente da CNA e nos inspirar no seu exemplo de coragem.

SOLENIDADE

Sindicato Rural de São Jorge do Oeste empossa nova diretoria



No dia 27 de fevereiro aconteceu a solenidade de posse dos novos diretores, conselheiros fiscais, delegado representante, e respectivos suplentes do Sindicato Rural Patronal de São Jorge do Oeste, eleitos em 26 de janeiro.

Prestigiaram a solenidade a prefeita de São Jorge do Oeste, Leila Rocha, secretário da Agricultura e vice-prefeito Paulo Palsikowski, instrutor do SENAR/PR, Abílio Galvão Trindade Ferreira, o representante do Sindicato Rural de São João, Nilo Garmus, além de produtores rurais associados ao Sindicato Rural Patronal e suas esposas.

A nova diretoria terá a incumbência de dirigir o Sindicato Rural Patronal pelo período de 27 de feve-

reiro de 2009 a 27 de fevereiro de 2011.

A diretoria está assim constituída:

Airton Antônio Cucchi – Presidente
Volmir Gaio – Vice-Presidente;
Marcelino Zuffo – 1.º Secretário;
João Moacir Massucatto – 2.º Secretário;

Lorimar Luis Gaio – 1.º Tesoureiro;
Alcides Batistela – 2.º Tesoureiro;
Conselho Fiscal:

Vilson Antônio Pagnussat, Arlindo Cioatto, Nadir Daneluz;
Suplente de Conselho Fiscal: Lindolfo Zwicker, Ediberto Marin, Raul Loss;

Carlos Bruno Malinski – Delegado Representante;

Adir Antônio Marafon – Suplente de Delegado Representante

POSSE

Sindicato de Ubiratã tem nova diretoria

No dia 07 de fevereiro, foi empossada a nova diretoria do Sindicato Rural de Ubiratã. Como presidente, assumiu Domingos Sankithi Watanabe, que também é delegado representante da entidade. Já a vice-presidência foi assumida por Anselmo Fernando Pontelo. Os secretários do Sindicato são Cristina Soares de Oliveira e Aldo Antônio Salvetti,

que também é suplente de delegado representante. Como tesoureiros, tomaram posse Neusa Pontelo do Nascimento e Anderson Fernando Pontelo. Os membros do Conselho Fiscal são Alberto Ribeiro Marques, Márcio Soares e Joaquim do Carmo de Souza. A suplência de Conselho Fiscal é formada por Hélio Pereira de Jesus e Mariano do Nascimento.

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

SENAR-PR realiza curso de classificação e degustação de café

Acontece em Santo Antônio da Platina entre os dias 16 e 20 de março, o curso de classificação e degustação de café do SENAR-PR. Para o evento, que acontecerá na sala de prova Ferroni, são oferecidas 20 vagas. Os interessados poderão fazer suas inscrições na sede do Sindicato Rural de Santo Antônio da Platina ou pelo telefone (43) 3534-01503.

Programação - Durante o evento, os participantes poderão aprender mais sobre classificação de café por tipos e defeitos, como também, por características de qualidade. Entre os assuntos que serão apresentados, estarão tipos de defeitos encontrados no café, contagem, catação e cálculo de percentagem desses defeitos, preparo da prova e do produto, características da bebida e prova de xícara.

SÃO JOÃO

Sindicato promove curso de Manejo de Pragas

O Sindicato Rural de São João realizou o curso de Manejo Integrado de Pragas na Soja (MIP). Ao todo foram três turmas, que nos dias 26 e 27 de janeiro na Linha Correição, 4 e 5 na Linha Kalinke e 26 e 27 (na Linha Flor da Serra) de fevereiro receberam o curso em sua região.

O objetivo do curso é conscientizar o produtor rural para conquistar ganhos significativos ao meio ambiente e também na qualidade dos produtos cultivados. Ministrado pelo instrutor do SENAR-PR Miguel Ferri, o curso mostrou aos agricultores a importância do manejo no tratamento das sementes, na germinação, controle de pragas, doenças na soja e no uso de produtos contra pragas.

PLANTIO DIRETO

Nos dias 4 e 5 de março foi realizado o curso de "Plantio Direto" na linha Correição. Os participantes puderam aperfeiçoar seu aprendizado sobre máquinas para manejo mecânico, escolha do método de manejo, semeadora e adubadora de precisão, semeadoras-adubadoras de fluxo contínuo, desempenho de semeadoras adubadoras de plantio direto. Os alunos já estão se organizando para fazer mais cursos que, segundo os organizadores, levam para os produtores significativa mudança nas propriedades.

VISITA

Santo Antonio do Paraíso inaugura câmara fria

A Associação dos Hortifruticultores de Santo Antonio do Paraíso e Região (Afruser) inaugurou oficialmente no dia 5 a câmara fria construída com recursos doados pelo Consulado-Geral do Japão em Curitiba e do Governo Japonês, no valor de R\$ 111.731,41.

A câmara fria, com capacidade para 60 toneladas, destina-se principalmente para quebra de dormência da semente de alho, sendo que em 2008 os associados plantaram aproximadamente 80 hectares da cultura na região. Também será usada para maturação de ameixa, caqui e resfriamento de outros produtos.

O projeto técnico da Câmara Fria foi encaminhado pela Associação ao Consulado Geral do Japão em Curitiba em setembro de 2006, contando com o apoio do Sindicato Rural de Congonhinhas, da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Paraíso, do deputado federal Alex Canziani e dos associados que se empenharam para realização desta obra.

A cerimônia de inauguração contou com a presença do diretor-secretário da FAEP, Livaldo Gemin, de Soichi Sato, côsul-geral do Japão em Curitiba, Tetsuya Nato, secretário do Consulado do Japão em Curitiba, Luiz Nishimori, deputado estadual, Murilo Fernandes Coimbra, representante do deputado federal Alex Canziani, Devanir Martineli, prefeito de Santo Antonio do Paraíso, Sílvio Shigueyuki Nakamura, presidente da Afruser, Luciano Merhy, prefeito de Congonhinhas, Wanderley Martins Ferreira, ex-prefeito de Santo Antonio do Paraíso, dentre outras autoridades regionais, associados e demais convidados.



Na foto, Murilo Fernandes Coimbra, representante do deputado federal Alex Canziani, Livaldo Gemin, diretor-secretário da FAEP, Luiz Nishimori, deputado estadual, Soichi Sato, côsul-geral do Japão em Curitiba, Devanir Martineli, prefeito de Santo Antônio do Paraíso, Sílvio Shigueyuki Nakamura, presidente da AFRUSER, Oscar Pereira de Camargo Filho – presidente do Sindicato Rural de Congonhinhas e extensão de base em Santo Antônio do Paraíso.

A câmara, com capacidade para 60 toneladas, que fará principalmente a quebra de dormência da semente de alho, foi construída com recursos doados pelo Consulado-Geral do Japão em Curitiba e do Governo Japonês



Soichi Sato, Côsul Geral do Japão, conhecendo o interior da câmara fria já em funcionamento

JURÍDICO

Djalma Sigwalt

Djalma Sigwalt é advogado. - djalma.sigwalt@uol.com.br

A defesa da posse imobiliária e a Constituição

A posse como corolário da propriedade, tal como esta, poderá ser defendida mesmo em momento anterior à concretização da agressão do esbulho ou da turbação. Basta a ameaça para que nasça em favor do titular agredido o socorro judicial que se manifesta no manejo de ações apropriadas, uma para cada caso específico. O arsenal processual se apresenta vasto na legislação, no visio da defesa da posse e propriedade. Por isso o possuidor não deverá esquivar-se ao uso das medidas assecuratórias do seu direito, pois eventual omissão resultará em prejuízo certo mais avante. Apresentada a ameaça à posse brota a possibilidade do uso do interdito proibitório, procedimento especial garantidor da proteção. Nesses casos a lei prevê a concessão de liminar para manutenção do direito ameaçado. A importância do uso do remédio jurídico no momento correto e oportuno decorre da inauguração da instância judicial antes que se perpetre a turbação ou o esbulho, seja este parcial ou total. Mais que isso, torna preventivo o juízo e inaugura o litígio, situação que define na prática processual a publicidade. O conhecimento e cumprimento das opções da lei processual em hipóteses de garantia possessória imobiliária, especialmente na área rural, tem se tornado de grande importância para aqueles que se encontram na iminência de sofrerem transtornos em seu direito de posse e propriedade. No campo as invasões e perturbações vêm se tornando uma constante.

A propriedade do imóvel rural ou urbano, ou a propriedade e posse mobiliária, estipulam um direito básico abrigado na Constituição Federal. A legislação processual comum regula a sistemática dos procedimentos judiciais aplicáveis a cada caso. Por seu turno, a lei civil

material detalha as nuances dos institutos ligados a posse e propriedade, ao estabelecer as características do esbulho, da turbação ou ameaça e situações afins. Mas, o mais contundente em termos institucionais é o fato de que o artigo 5º da Constituição alça a propriedade como direito fundamental equivalente à vida, à liberdade, à igualdade e à segurança. O que o dispositivo constitucional preceitua já no intróito da Lei Maior é a inviolabilidade dos direitos arrolados. Inclui-se aí a propriedade e a posse como conseqüência natural do uso e disposição do bem imóvel seja ele rural ou urbano. A questão se mostra de natureza constitucional não se constituindo em tema de alcance apenas da legislação infraconstitucional. No inciso XXII, do mesmo artigo 5º, o legislador constituinte dando ênfase à opção constitucional pelo regime democrático, de natureza econômica privada, mais uma vez expressa a proteção e garantia ao direito de propriedade. Anote-se que tais disposições constam dos direitos e garantias fundamentais. Mais à frente, no artigo 170, II, ao tratar da ordem econômica e financeira, novamente é dado realce ao modelo da livre iniciativa fundada no princípio da propriedade privada. Portanto, seguidas vezes, em capítulos próprios e pertinentes o modelo da Carta eleva a propriedade a instituto de natureza nitidamente constitucional. Figura ela no campo da ordem econômica e financeira, ao lado da soberania nacional, constituindo-se no segundo elemento norteador do sistema. Em suma, reza o artigo 170 que a ordem econômica fundada na valorização do trabalho e da livre iniciativa, deverá pautar-se entre outros, na soberania nacional e propriedade privada (incisos I e II). Em suma, o direito de proteção à posse como exteriorização da propriedade tem pleno substrato constitucional.



FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO DO PARANÁ

Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
Cep 80010-010 - Curitiba - Paraná

Fone: 41 2169-7988 Fax: 41 3323-2124

email: faep@faep.com.br - site: www.faep.com.br

Presidente:

Ágide Meneguette

Vice-Presidentes

Moacir Micheletto

Guerino Guandalini

Nelson Teodoro de Oliveira

Francisco Carlos do Nascimento

Ivo Polo

Ivo Pierin Júnior

Diretores Secretários

Livaldo Gemin

Pedro Paulo de Mello

Diretores Financeiros

João Luiz Rodrigues Biscaia

Paulo José Buso Júnior

Conselho Fiscal

Sebastião Olimpio Santarosa

Luiz de Oliveira Netto

Lauro Lopes

Delegados Representantes

Ágide Meneguette, João Luiz Rodrigues Biscaia,

Francisco Carlos do Nascimento, Renato Antônio Fontana



PARANÁ

SENAR - Administração Regional do Estado do Paraná

Av. Marechal Deodoro, 450 - 16º andar

Cep 80010-010 - Curitiba - Paraná

Fone: 41 2106-0401 - Fax: 41 3323-1779

e-mail: senarpr@senarpr.org.br

site: www.senarpr.org.br

Conselho Administrativo

Presidente

Ágide Meneguette - FAEP

Membros Efetivos

Ademir Mueller - FETAEP

Rosanne Curi Zarattini - SENAR AC

Darci Piana - FECOMÉRCIO

Wilson Thiesen - OCEPAR

Conselho Fiscal - Membros Efetivos

Francisco Carlos do Nascimento - FAEP

Jairo Correa de Almeida - FETAEP

Luiz de Oliveira Netto - SENAR AC

Superintendência

Ronei Volpi

BOLETIM Informativo

Jornalista responsável:

Paulo R. Domingues (DRT-PR 1512)

André Franco (coordenador)

Marcos Tosi (redator)

imprensa@faep.com.br

Publicação semanal editada pelas

Assessorias de Comunicação Social (ACS) da FAEP e SENAR-PR
Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DO PARANÁ

RECURSO EM COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL - TRT - PR-02748-2008-594-09-00-5 (RCCS)

RECORRENTES: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA - CNA, FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO DO PARANÁ - FAEP e SINDICATO RURAL DA LAPA

RECORRIDOS: D. V. V.

RELATOR: ARION MAZURKEVIC

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de **RECURSO EM COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL**, provenientes da 2ª VARA DO TRABALHO DE ARAUCÁRIA - PR, em que são Recorrentes **CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA - CNA, FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO DO PARANÁ - FAEP e SINDICATO RURAL DA LAPA** e Recorrido **D. V. V.**

RELATÓRIO

Inconformados com a sentença proferida no juízo cível, da lavra do Juiz José Orlando Cerqueira Bremer, que extinguiu o feito sem resolução de mérito, recorre a parte autora a este E. Tribunal.

Em razões recursais (fls. 206/216) postulam a reforma do julgado quanto à cobrança da contribuição sindical.

Contra-razões apresentadas às fls. 220/224.

Os autos não foram encaminhados ao Ministério Público do Trabalho, em virtude do disposto no art. 44 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho.

É o relatório.

FUNDAMENTAÇÃO

1. ADMISSIBILIDADE

Conheço do recurso em cobrança de contribuição sindical, bem como das contra-razões apresentadas, eis que presentes os pressupostos legais de admissibilidade.

2. MÉRITO

CONTRIBUIÇÃO SINDICAL

O juízo a quo extinguiu o feito sem resolução de mérito, por entender que não restou observado o pressuposto contido no art. 605 da CLT, qual seja, a publicação dos editais durante três dias nos Jornais de maior circulação local.

Contra essa decisão insurgem-se os Autores. Sustentam que o Requerido foi pessoalmente notificado, com o que entendem atendido o requisito da publicidade. Alegam que o art. 605 da CLT foi derogado pelo Decreto nº 1166/1971 e que "a falta de publicação de editais poderia, no máximo, caracterizar a mora do requerido apenas após sua citação. Nunca, como fez a sentença, desobrigá-lo ao pagamento" (fl. 213). Observam, ainda, que os aludidos editais foram efetivamente publicados nos jornais Gazeta do Povo e Folha de Londrina, que detêm inserção no estado e a tiragem é diária, enquanto o jornal local tem periodicidade semanal. Diante de tais argumentos postulam a reforma da sentença.

Assiste-lhes razão.

Esta E. Turma vem entendendo que a publicidade não é essencial para a cobrança das contribuições, consoante recente decisão da lavra do E. Juiz Dirceu Pinto Junior (TRT-PR-RCCS-79076-2006-654-09-00-3 - Ac.16727-2007 - publ. em 29-06-2007), cujos fundamentos peço vênia para transcrever:

"Entendo que não há necessidade de notificação do requerido porque a contribuição sindical é anual e com tempo certo, na mesma época do pagamento do Imposto Territorial Rural, o que dispensa essa formalidade. Aliás, não seria razoável obrigar as requerentes a publicarem a cobrança da contribuição sindical nos jornais de circulação local de cada um dos Municípios da Federação em que se situa uma gleba rural, a fim de receber a contribuição sindical rural, momento quando, tal como no caso dos autos, foi expedido mandado de citação e intimação para ciência da requerida quanto à propositura da presente ação (fl. 126)".

De qualquer forma, a publicidade restou evidenciada nos autos, mediante publicação dos editais no Diário Oficial da União (exercícios 1999, 2000, 2001, 2002 e 2003 - fls. 43/90), Folha de Londrina (exercícios 1999, 2000 e 2003 - fls. 99/101) e Gazeta do Povo (exercícios 1999, 2002 e 2003 - fls. 102/114), jornais cuja inserção estadual é inegável.

Dessarte, reputo presentes os pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, pelo que merece reforma a decisão de origem que extinguiu o feito sem julgamento de mérito.

Em razão do disposto no art. 515, § 3º, do CPC, passo a análise do mérito da causa, eis que a demanda versa exclusivamente sobre matéria de direito.

Os documentos de fls. 15/34 (demonstrativos de constituição do crédito de natureza tributária e guias de recolhimento da contribuição sindical rural) indicam que o Réu deixou de quitar os valores devidos à CNA, a título de contribuição sindical rural, referentes aos exercícios de 1999, 2000, 2001, 2002 e 2003.

O Réu sustentou, em defesa, que o produtor rural não sindicalizado não é obrigado a contribuir para o custeio do sistema de representação

sindical da categoria, "pois se trata de contribuição convencional fixada em assembleia, onde se tem direito a discuti-la e a votar somente os filiados". Acrescentou que não detém a condição de "empregador rural", ônus que, no seu entender, incumbia aos Autores demonstrar entender, incumbia aos Autores demonstrar em juízo (fls. 177/181).

O art. 1º, II, do Decreto-Lei nº 1166/1971, dispõe:

"Art. 1º Para efeito do enquadramento sindical, considera-se: (...)

II - empresário ou empregador rural:

- a) a pessoa física ou jurídica que tendo empregado, empreende, a qualquer título, atividade econômica rural;
- b) quem, proprietário ou não, e mesmo sem empregado, em regime de economia familiar, explore imóvel rural que lhe absorva toda a força de trabalho e lhe garanta a subsistência e progresso social e econômico em área superior a dois módulos rurais da respectiva região;
- c) os proprietários de mais de um imóvel rural, desde que a soma de suas áreas seja superior a dois módulos rurais da respectiva região".

É incontroverso que o Réu é proprietário dos imóveis rurais identificados às fls. 21/34, motivo pelo qual se enquadra ao disposto no art. 1º, II, do citado Decreto.

De outro lado, dispõe a CLT, em seu art. 579: "A contribuição sindical é devida por todos aqueles que participarem de uma determinada categoria econômica ou profissional, ou de uma profissão liberal, em favor do sindicato representativo da mesma categoria ou profissão ou, inexistindo este, na conformidade do disposto no artigo 591".

Portanto, é irrelevante a alegação - não provada, registre-se - de que o Réu não é filiado ao Sindicato. A obrigação é compulsória, conforme já decidido por esta E. Turma em situações similares (a exemplo, TRT-PR-79010-2006-073-09-00-2 - publ. em 27.07.07 - Rel. Des. Eneida Cornel).

Quanto aos valores cobrados, alegou o Réu em defesa que "o principal, juros, multa e correção monetária, são simplesmente lançados nas guias de recolhimento sem que os autores demonstrem qual o ato que lhes autorizou a assim proceder" (fl. 179). Contudo, as alíquotas apresentadas pelos Autores nos demonstrativos de constituição do crédito são aquelas previstas na legislação pertinente e se encontram expressamente indicadas, não demonstrando o Réu as alegadas incorreções, ônus que lhe incumbia.

Os juros, correção monetária e multa de mora são devidos na forma do art. 600 da CLT, observando-se, todavia, a limitação prevista no art. 412, do Código Civil.

Por fim, cabível a condenação do Réu em honorários advocatícios, pois, nos termos do art. 5º, da Instrução Normativa nº 27/2005, do TST, "exceto nas lides decorrentes da relação de emprego, os honorários advocatícios são devidas pelo Réu honorários advocatícios de 15% sobre o valor da condenação, observado o disposto no § 3º do art. 20 do CPC.

Reformo, dessarte, a sentença, para condenar o Réu ao pagamento das contribuições sindicais referentes aos exercícios de 1999, 2000, 2001, 2002 e 2003, acrescidas de juros, correção monetária e multa de mora, bem como honorários advocatícios.

Isso posto, dou provimento parcial ao recurso para, nos termos das fundamentações: a) condenar o Réu ao pagamento das contribuições sindicais referentes aos exercícios de 1999, 2000, 2001, 2002 e 2003, acrescidas de juros, correção monetária e multa de mora; b) condenar o Réu ao pagamento de honorários advocatícios.

CONCLUSÃO

Pelo que,

ACORDAM os Desembargadores da 5ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, por unanimidade de votos, **CONHECER** do recurso em cobrança de contribuição sindical e das contra-razões apresentadas; No mérito, por igual votação, **DAR PROVIMENTO PARCIAL** ao recurso em cobrança de contribuição sindical para, nos termos das fundamentações: a) condenar o Réu ao pagamento das contribuições sindicais referentes aos exercícios de 1999, 2000, 2001, 2002 e 2003, acrescidas de juros, correção monetária e multa de mora; b) condenar o Réu ao pagamento de honorários advocatícios.

Custas invertida, pelo Réu, no importe de R\$ 84,00, calculadas sobre o valor da condenação, provisoriamente arbitrado em R\$ 4.200,00.

Intimem-se.

Curitiba, 15 de janeiro de 2009.

ARION MAZURKEVIC
Relator

DOCUMENTO

Sindicatos podem propor sugestões para Plano Agrícola até dia 19



O Departamento Técnico Econômico da FAEP elabora um documento com propostas para o Plano Agrícola e Pecuário (PAP) 2009/2010. Com sugestões da agropecuária, o documento será encaminhado ao Ministério da Agricultura e à Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

De acordo com a FAEP, os sindicatos rurais do estado podem participar da elaboração dessas propostas. Para isso, devem enviar sugestões à Federação até o dia 19 de março.

Entre os temas abordados pelo Plano, que podem receber sugestões, estão os relacionados ao crédito de custeio e comercialização, como volume de recursos, taxa de juros, acesso ao crédito, limites para o crédito rural de custeio, crédito rural de comercialização, Empréstimo do Governo Federal (EFG), Linha Especial de Comercialização (LEC) e recursos para áreas agrícolas em desenvolvimento.

Quanto aos programas de investimento, os sindicatos puderam contribuir com sugestões para o Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras (Moderfrota), Programa de Incentivo à Irrigação e à Armazenagem (Moderinfra), Programa de Desenvolvimento

Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária (Prodecoop), Programa de Modernização da Agricultura e Conservação de Recursos Naturais (Moderagro) e para o BNDES – Finame Agrícola Especial e BNDES Automático.

O PAP ainda abrange questões relacionadas a novos programas de investimentos e instrumentos de apoio à comercialização, como preços mínimos de garantia, Prêmio de Escoamento de Produto (PEP) e contrato de opção de venda de produtos agrícolas.

Os sindicatos ainda poderão enviar sugestões para as políticas de produtos agropecuários, voltadas à cafeicultura, pecuária e cana-de-

Entre os temas abordados estão: crédito de custeio e comercialização

açúcar, para o Programa de Geração de Emprego e Renda Rural (Proger Rural), Proagro e Zoneamento Agrícola, seguro rural, drawback agropecuário, agroquímicos e fertilizantes e Pronaf.

Workshop – No dia 20 de março, será realizado na sede da FAEP, em Curitiba, um workshop sobre crédito rural. O evento é organizado pela CNA, Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e Ministério da Agricultura. Na ocasião, técnicos das três entidades terão a oportunidade de identificar problemas referentes à aplicação de crédito. Os participantes também deverão reunir propostas e sugestões para o PAP, referentes ao crédito rural.

DIA DAS MULHERES

Cornélio Procópio faz homenagem às mulheres

O Sindicato Rural de Cornélio Procópio realizou no dia 7 de março uma solenidade em homenagem ao Dia Internacional das Mulheres. No evento produtoras da região assistiram a uma palestra onde o tema foi 'Mulheres Oportunidades e conquista a cada dia', ministrada pela consultora Nicéia Henrichsen no anfiteatro do sindicato.



EMPREENDEDOR RURAL

SENAR e Sebrae atualizam Programa criado em 2003



Multiplicadores do SENAR reuniram-se no Hotel Lizon, em Curitiba, no dia 06 de março para discutir a atualização dos conteúdos e métodos do Programa Empreendedor Rural (PER).

O evento faz parte da iniciativa do SENAR-PR e Sebrae em aprimorar o Programa, que teve início em 2003. Participaram do encontro 24 multiplicadores dos estados do Paraná, Santa Catarina, Pará, Mato Grosso do Sul, Goiás e Ceará.

Segundo o professor de Economia e Administração da Escola Su-

perior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (Esalq) da Universidade de São Paulo (USP), Fernando Curi Peres, o Empreendedor Rural foi aprimorado em vários aspectos.

O PER foi simplificado metodologicamente e integrado às partes humana e técnica. “Como houve essa integração e simplificação, foi preciso treinar novamente essas pessoas para que possam preparar os demais instrutores”, diz.

De acordo com o professor da USP, novos tópicos foram incorporados ao Programa, como aspectos

O evento faz parte da iniciativa do SENAR-PR e Sebrae em aprimorar o Programa, que teve início em 2003. Participaram do encontro 24 multiplicadores dos estados do Paraná, Santa Catarina, Pará, Mato Grosso do Sul, Goiás e Ceará.

jurídicos para o empresário rural. Segundo ele, fala-se muito na visão antirrural da sociedade brasileira. Atualmente, discute-se os valores nos meios empresariais rurais.

“Isso para que o produtor rural possa mostrar à sociedade que a eficiência do empreendimento rural gera benefícios para a sociedade como um todo e não necessariamente para o produtor rural, afirma. Para Peres, a maioria dos benefícios obtidos com a incorporação de novas tecnologias do setor rural é auferido pela sociedade e não pela empresa rural.

Com a atualização do PER, a



Fernando Curi Peres



Célio Marques Luciano Gomes

expectativa da técnica da área de gestão do SENAR-PR, Adriana Salvadori, é de que melhore a eficiência do funcionamento das empresas rurais. Segundo ela, o novo Programa irá a campo em maio. "A previsão é de que haja 100 turmas, ou seja, 2.500 participantes só no Paraná", ressalta.

Reflexão - "O produtor é o sujeito da história. Ele é que vai decidir o que fazer para se desenvolver". É o que afirma o instrutor do SENAR-PR, Célio Marques Luciano Gomes, de Santo Antônio da Platina. Segundo ele, com a nova metodologia e con-

teúdos do Empreendedor Rural, procura-se criar um ambiente de reflexão para o produtor rural. "Onde ele vai perceber qual o papel dele. Ou seja, o produtor vai se identificar como o autor do processo. Vamos criar ferramenta para ele, permanentemente, pensar. À medida que o produtor conhece usa realidade, ele é envolvido para tomar a decisão correta", explica.

Gomes lembrou que no início do PER, pensava-se apenas no empresário. "Agora, o projeto envolve, além dele, seus filhos, sua esposa, enfim, o



universo compreendido é maior para que decidam juntos o que e como fazer. Dentro do projeto, o produtor identifica a missão dele", acrescenta.

Para ele, a atualização e aprimoramento são necessários. "A medida que o processo vai passando, se não melhorar, envelhece. Por isso, é preciso aprimorar", diz. Segundo o instrutor do SENAR-PR, depois de alguns anos, as informações ficaram defasadas. "Percebe-se coisas que o produtor demandou e o projeto não atendeu. Hoje, há formas mais modernas para obter os resultados esperados", comenta.

O assessor técnico do SENAR Administração Central, Víctor Rodrigues Ferreira, destacou que, com a nacionalização do Programa em 2007, percebeu-se alguns gargalos. "Juntamente como o Paraná, passamos a trabalhar nessa reformulação. Segundo ele, houve um melhoramento como um todo. "Algumas coisas da Fase III do Programa, implantado no Paraná, foram acrescentadas na Fase I. Além disso, ficou mais fácil de ser compreendido", conclui.



Víctor Rodrigues Ferreira

Endereço para devolução:

Federação da Agricultura do Estado do Paraná
Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
Cep 80010-010 - Curitiba - Paraná

**EMPRESA BRASILEIRA DE
CORREIOS E TELÉGRAFOS**

- | | |
|---------------------------------------|--|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se | <input type="checkbox"/> Falecido |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido | <input type="checkbox"/> Ausente |
| <input type="checkbox"/> Recusado | <input type="checkbox"/> Não procurado |

- | |
|---|
| <input type="checkbox"/> Endereço insuficiente |
| <input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado |
| <input type="checkbox"/> |

- | |
|---|
| <input type="checkbox"/> Informação dada pelo porteiro ou síndico |
|---|

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em ___/___/___

Em ___/___/___

Responsável